



**Deliberação CONSU-A-032/2013, de 26/11/2013**

**Reitor: José Tadeu Jorge**

**Secretária Geral: Lêda Santos Ramos Fernandes**

*Dispõe sobre o Regimento Interno da Faculdade de Engenharia Mecânica*

O Reitor da Universidade Estadual de Campinas, na qualidade de Presidente do Conselho Universitário, tendo em vista o decidido pelo Conselho em sua 135ª Sessão Ordinária de 26.11.13, baixa a seguinte deliberação:

**TÍTULO I  
DA FACULDADE E SEUS FINS**

**Artigo 1º** - A Faculdade de Engenharia Mecânica - FEM, da Universidade Estadual de Campinas, tem por objetivo formar profissionais dos diversos ramos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Controle e Automação (Mecatrônica), ministrar cursos, realizar pesquisas científicas e tecnológicas e prestar serviços à comunidade.

**Artigo 2º** - A Faculdade de Engenharia Mecânica reger-se-á pelos Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e pelo Regimento Geral, bem como pelo presente Regimento Interno e pela Legislação vigente.

**Artigo 3º** - Compete à Faculdade de Engenharia Mecânica:

- I - ministrar o ensino do ciclo profissional para os cursos de sua responsabilidade;
- II - ministrar cursos de pós-graduação;
- III - ministrar cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão universitária;
- IV - promover e desenvolver atividades de pesquisa científica-tecnológica;
- V - colaborar no ensino e na pesquisa com as demais Unidades da Universidade, bem como, mediante convênios, com entidades públicas e privadas;
- VI - colaborar no ensino técnico mantido pela Universidade;
- VII - colaborar com a comunidade através da prestação de serviços técnicos e científicos.

**Artigo 4º** - A Faculdade de Engenharia Mecânica, atuando na área de Engenharia Mecânica e Engenharia de Controle e Automação (Mecatrônica), é responsável pelos cursos de graduação e pós-graduação correspondentes.

§ 1º - Novos cursos poderão ser instalados mediante proposta da Faculdade de Engenharia Mecânica e aprovação da Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§ 2º - A Faculdade de Engenharia Mecânica participará, juntamente com outras unidades, de programas Interdisciplinares, podendo se responsabilizar por atividades conjuntas desenvolvidas através desses programas.

**TÍTULO II  
DA ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 5º** - Os órgãos de administração da Faculdade são:

- I - Diretoria;
- II - Conselho Interdepartamental;

### III - Congregação.

## **CAPÍTULO I A DIRETORIA**

**Artigo 6º** - A Diretoria da Faculdade é exercida por um Diretor, escolhido pelo Reitor, em lista tríplice de docentes da Faculdade que possuam, pelo menos o título de Doutor, elaborada e encaminhada pela Congregação.

§ 1º - O mandato do Diretor é de 4 (quatro) anos vedada a reeleição para o período imediato.

§ 2º - O Diretor é auxiliado por um Diretor Associado, de sua livre escolha, dentre os docentes da Faculdade que possuam, pelo menos, o título de Doutor, cujo nome será previamente aprovado pelo Reitor.

§ 3º - A elaboração da lista tríplice será baseada em consulta da qual participam o Corpo Docente, o Corpo Discente e o Corpo de Servidores da FEM. Esta consulta será realizada nos termos do artigo 143 do Regimento Geral da Universidade.

§ 4º - O Diretor poderá, a pedido, e desde que autorizado pelo Reitor, ser desobrigado de suas funções docentes, sem prejuízo de vencimentos, gratificações e demais vantagens.

§ 5º - O Diretor poderá se licenciar de suas funções, desde que autorizado pela Congregação e pelo Reitor, por um período contínuo máximo de 06 (seis) meses, ou por períodos alternados que, acumulados, não ultrapassem 12 (doze) meses.

§ 6º - O Diretor Associado substitui o Diretor na sua ausência ou impedimento e poderá ter atribuições específicas delegadas pelo Diretor.

§ 7º - O Diretor Associado será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Professor de maior categoria e mais antigo na Faculdade.

§ 8º - Ocorrendo a vacância do cargo de Diretor proceder-se-á, no prazo de 30 (trinta) dias, à escolha de um novo Diretor, de acordo com o caput deste artigo, para o início de um novo mandato de acordo com o § 2º.

§ 9º - O Diretor não poderá exercer simultaneamente qualquer função executiva na Universidade ou fora dela.

**Artigo 7º** - Compete ao Diretor:

I - exercer a Diretoria e encaminhar processos e documentos de interesse da Faculdade aos órgãos superiores da Universidade;

II - exercer as funções de responsabilidade pela unidade de Despesa, consoante as normas da Universidade;

III - presidir as reuniões do Conselho Interdepartamental e da Congregação e executar as suas deliberações;

IV - representar a Faculdade no Conselho Universitário e nos demais órgãos superiores da Universidade;

V - cumprir e fazer cumprir o presente Regimento e as demais disposições superiores da Universidade;

VI - manter a disciplina na Faculdade;

VII - tomar, em casos de urgência, as medidas que se fizerem necessárias, "ad-referendum" da Congregação ou do Conselho Interdepartamental.

§ 1º - O Diretor da Faculdade indicará ao Reitor, docentes de sua Unidade que possuam pelo menos o título de Doutor, para exercer as funções de Coordenadores dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e de Extensão, aos quais compete:

1. coordenar a elaboração e a execução dos programas de ensino respectivos e apresentá-los ao Diretor para o encaminhamento devido, assim como eventuais propostas de modificação;
2. distribuir as disciplinas pelos docentes, ouvidos os Departamentos;
3. supervisionar a remessa regular de todas as informações sobre frequência, notas ou disciplinas de alunos ao órgão competente;
4. assessorar o Diretor e os Departamentos nos assuntos de suas competências;

5. representar o curso sob sua coordenação junto às Comissões de Ensino da Universidade;
6. coordenar a elaboração e a execução dos horários de aulas;
7. desenvolver atividades específicas atribuídas pelo Diretor da Faculdade.

§ 2º - Os Coordenadores da Graduação e de Pós-Graduação serão membros do corpo docente, escolhidos conforme normas estabelecidas pela Congregação.

§ 3º - O mandato dos Coordenadores de Graduação e de Pós-Graduação é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução sucessiva.

**Artigo 8º** - Compete ao Diretor Associado:

I - substituir o Diretor em suas faltas e impedimentos;

II - desempenhar as funções que lhe forem atribuídas pelo Diretor.

**Artigo 9º** - Ocorrendo a vacância da função do Diretor, o Diretor Associado, ou seu sucessor regimental, deverá promover uma nova consulta à comunidade, no prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o estabelecido no artigo 6º deste Regimento.

## **CAPÍTULO II**

### **O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL**

**Artigo 10** - O Conselho Interdepartamental, órgão consultivo e deliberativo da Faculdade, é integrado:

I - pelo Diretor, seu membro nato;

II - pelos Chefes de Departamento;

III - pela representação estudantil;

IV - pelos Coordenadores dos Cursos de Graduação de responsabilidade da FEM;

V - pelo Coordenador da Comissão de Pós-Graduação da FEM;

VI - pelo Coordenador de Extensão;

VII - pelo Coordenador da Comissão de Pesquisa;

VIII - por um representante de servidores, escolhido entre seus pares.

§ 1º - A representação estudantil será constituída de 01 (um) aluno de graduação, após eleição pelos seus pares entre os alunos matriculados nos cursos ministrados pela Faculdade. O mandato é de 1 (um) ano, vedada a recondução para o período imediato.

§ 2º - O mandato de representante de funcionários é de 1 (um) ano, podendo ser reconduzido.

§ 3º - O Conselho Interdepartamental só pode deliberar com a presença da maioria de seus membros.

§ 4º - O Conselho Interdepartamental reúne-se ordinariamente uma vez a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor da Faculdade ou pela maioria de seus membros. A presença nas reuniões é obrigatória.

§ 5º - Ao Conselho Interdepartamental compete:

1. elaborar o seu próprio regimento e submetê-lo à Congregação da Faculdade;
2. opinar sobre os assuntos didáticos e administrativos da Faculdade;
3. elaborar proposta do plano orçamentário da Faculdade, controlar sua execução e propor transposições e suplementações necessárias;
4. emitir parecer sobre todos os assuntos a ele submetidos pelo Diretor.

## **CAPÍTULO III**

### **A CONGREGAÇÃO**

**Artigo 11** - A Congregação, órgão máximo da Faculdade, se constitui de membros do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo de Servidores Técnicos Administrativos.

**Artigo 12** - A constituição da Congregação é representativamente a seguinte:

I - Diretor da Faculdade, seu presidente nato;

II - Diretor Associado da Faculdade;  
III - Coordenador do Curso de Graduação em Engenharia Mecânica e da Engenharia de Controle e Automação;  
IV - Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação;  
V - Coordenador de Extensão;  
VI - Coordenador da Comissão de Pesquisa;  
VII - Chefes de Departamento;  
VIII - Representantes da categoria docente;  
IX - Representantes da categoria discente;  
X - Representantes de servidores.

§ 1º - Os representantes das categorias previstas nos incisos VIII, IX, X e XI serão escolhidos em eleição direta pelos seus pares.

§ 2º - A representação da categoria docente, prevista no inciso VIII, será composta por 01 (um) representante por nível de carreira (MS-3.1, MS-3.2, MS-5.1, MS-5.2, MS-5.3 e MS-6), escolhidos pelos seus pares, e mais 05 (cinco) representantes gerais, escolhidos pelos docentes da Faculdade, independentemente do nível de carreira. O mandato dos representantes docentes é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3º - Enquanto houver na FEM docente no nível MS-2, este poderá participar como candidato a representante, votando ou sendo votado na categoria MS-3.

§ 4º - A representação da categoria discente, prevista no inciso IX, terá número equivalente a 1/5 dos membros da Congregação, ou seja, 02 (dois) alunos de pós-graduação e 03 (três) alunos de graduação, sendo pelo menos um (01) de cada curso sob a responsabilidade da Unidade. O mandato dos representantes discentes é de 01 (um) ano, permitida uma recondução para mandato consecutivo.

§ 5º - A representação dos servidores, previstas no inciso X, será composta por 02 (dois) membros, sendo 01 (um) dos servidores que atuam nas áreas de apoio ao ensino e a pesquisa e 01 (um) representante dos servidores que atuam nas atividades diretamente ligadas ao ensino e a pesquisa. O mandato dos representantes dos funcionários é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

**Artigo 13** - A Congregação reúne-se ordinariamente uma vez a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor da Faculdade ou pela maioria de seus membros.

**Parágrafo único** - A presença nas reuniões é obrigatória.

**Artigo 14** - À Congregação compete:

I - legislação e normas:

- a) compor a lista tríplice para escolha do Diretor de acordo com critérios e procedimentos estabelecidos no Regimento da Unidade. Estes critérios e procedimentos contemplarão necessariamente o valor e o resultado de consulta à comunidade, realizada mediante o voto ponderado do Corpo Docente, do Corpo Discente e do Corpo de Servidores, fixado o peso de 3/5 para o voto da categoria docente, 1/5 para o voto da categoria discente e 1/5 para o voto da categoria dos servidores. Por voto de uma categoria entende-se a relação entre o número de votos recebidos referentes a cada professor votado, que seja elegível, e o número total de eleitores qualificados para votar na respectiva categoria;
- b) elaborar, alterar, aprovar o Regimento da Unidade e submetê-lo às instâncias superiores, após consulta prévia aos docentes, discentes e servidores da Unidade;
- c) elaborar o seu próprio Regimento;
- d) deliberar:
  1. sobre os Regimentos dos Departamentos e do Conselho Interdepartamental;
  2. em caráter preliminar, sobre criação, extinção ou fusão de Departamentos, Centros ou quaisquer outras modificações na estrutura administrativa, de ensino, de pesquisa e prestação de serviços da Unidade;
  3. em grau de recurso, nos casos previstos na legislação, sobre penalidades e sanções disciplinares;
  4. sobre o parecer do Conselho Interdepartamental emitido a respeito da ocupação de espaço físico e infraestrutura.
- e) constituir as comissões previstas no presente Regimento e outras comissões de assessoramento;
- f) apreciar, em grau de recurso, decisões de Departamento e do Conselho Interdepartamental;

g) resolver, em consonância com o ordenamento superior da Universidade, os casos omissos no presente Regimento;

h) manifestar-se quando julgar oportuno, sobre quaisquer assuntos de interesse da Universidade.

II - corpo docente:

a) propor:

1. os Quadros da unidade à Comissão de Vagas Docentes – CVD, baseando-se nas propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, ouvidos os Departamentos e o Conselho Interdepartamental;

2. anualmente, a atualização dos quadros de docentes, baseando-se nas propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, ouvidos os Departamentos e o Conselho Interdepartamental;

3. a) abertura de concursos para carreira docente, baseando-se nas propostas das Comissões de Graduação e de Pós-Graduação, ouvidos os Departamentos e o Conselho Interdepartamental;

b) aprovar procedimentos internos de admissão, contratação, promoção, afastamento, licenças, demissões ou alterações de regime de trabalho de docentes, em consonância com o ordenamento superior da Universidade;

c) aprovar o relatório anual de atividades da Unidade, bem como relatórios individuais de cada docente da Faculdade de Engenharia Mecânica.

III - orçamento:

a) definir critérios para a aplicação e execução dos recursos orçamentários da Unidade;

b) deliberar:

1. sobre o parecer do Conselho Interdepartamental emitido a respeito da aplicação e execução orçamentária da Unidade a ser encaminhada às instâncias superiores da Universidade;

2. sobre o relatório anual de execução do orçamento ordinário da Unidade apresentado pela Diretoria.

IV. ensino, pesquisa e prestação de serviços:

a) aprovar as normas gerais e deliberar sobre as propostas dos Departamentos e Coordenação de Cursos, relativas a todos os cursos oferecidos pela Unidade, os currículos, os programas, o valor dos créditos e pré-requisitos das disciplinas, a partir das propostas dos Departamentos e Coordenação de Cursos;

b) opinar sobre as linhas de pesquisa estabelecidas na Unidade;

c) definir:

1. critérios para o estabelecimento de convênios e contratos a serem executados pela unidade e deliberar sobre pareceres do Conselho Interdepartamental relativos a convênios e contratos específicos, assim como sobre seus respectivos relatórios finais à luz da política definida;

2. critérios e estabelecer normas para a participação de docentes em atividades multidisciplinares que ultrapassem o âmbito da Unidade.

d) normalizar a prestação de serviços à comunidade em consonância com o ordenamento superior da Universidade.

## **CAPÍTULO IV DOS DEPARTAMENTOS**

**Artigo 15** - Na Faculdade de Engenharia Mecânica (FEM), o Departamento constitui uma unidade administrativa, didática e científica da Universidade resultante da união harmônica de atividades afins de ensino, pesquisa e extensão dos serviços à comunidade, utilizando-se, para a consecução de seus objetivos, de recursos comuns de trabalho.

**Artigo 16** - A FEM é composta pelos seguintes Departamentos:

I - Departamento de Engenharia de Manufatura e Materiais;

II – Departamento de Engenharia de Sistemas Integrados;

III – Departamento de Mecânica Computacional;

IV – Departamento de Energia.

§ 1º - Verificada a existência das condições mínimas estabelecidas no Regimento Geral, o Diretor da Faculdade, ouvida a Congregação, poderá propor ao Conselho Universitário a criação ou fusão de Departamentos.

§ 2º - Um Departamento só será considerado implantado quando atender, simultaneamente, às seguintes condições:

I - existência de atividades de ensino e pesquisa em nível adequado;

II - existência de 02 (duas) categorias docentes, no mínimo;

III - existência de 12 (doze) docentes, pelo menos, com título de Doutor.

§ 3º - Deverá constar da proposta de criação ou fusão de Departamentos:

I - relação do pessoal docente e designação do coordenador que procederá a sua implantação;

II - o número e respectiva função dos servidores que farão parte do Departamento;

III - as instalações e equipamentos existentes.

**Artigo 17** - Cabe a cada um dos Departamentos, na esfera de sua competência e especialidade:

I - ministrar por meio de seus docentes e sob as responsabilidades das Coordenações de Graduação e Pós-Graduação da FEM, o ensino das disciplinas dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;

II - ministrar cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão;

III - organizar e administrar o trabalho dos respectivos corpos docente, discente e de servidores;

IV - organizar e administrar os laboratórios de pesquisa;

V - organizar e desenvolver os serviços administrativos do Departamento;

VI - promover e organizar a pesquisa;

VII - colaborar com o Conselho Interdepartamental e Congregação no planejamento orçamentário da Faculdade;

VIII - colaborar com os programas de atividades interdepartamentais;

IX - propor a criação, extinção ou modificação de disciplinas;

X - propor à Congregação os afastamentos, licenças, mudanças de regime, contratações, promoções e abertura de concursos de docentes;

XI - elaborar o Relatório Anual do Departamento;

XII - administrar os bens patrimoniais sob sua responsabilidade.

**Artigo 18** - Cada Departamento será coordenado:

I - por 01 (um) chefe, portador no mínimo do título de Doutor, eleito pelos docentes em exercício no departamento, para um período de 2 (dois) anos;

II - por um Conselho de Departamento.

§ 1º - Cabe ao Chefe de Departamento:

I - representar o Departamento no Conselho Interdepartamental, na Congregação da Faculdade e nos demais órgãos da Universidade;

II - executar as deliberações do Departamento, zelando pelo cumprimento das obrigações de seu pessoal;

III - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Departamento e demais disposições superiores da Universidade.

§ 2º - O Chefe de Departamento será substituído em suas faltas e impedimentos por um Vice-Chefe de Departamento, escolhido de acordo com critérios estabelecidos pelo Departamento.

**Artigo 19** - O Conselho de Departamento é constituído:

I - pelo Chefe de Departamento, que o convocará e presidirá as suas sessões;

II - pela representação docente;

III - pela representação da categoria discente;

IV - pela representação de servidores;

V - por outros membros escolhidos segundo critérios definidos pelo Departamento.

§ 1º - A representação da categoria docente, prevista no inciso III corresponderá, no mínimo, a 70% do total dos membros do Conselho de Departamento, escolhidos pelos seus pares, e até 04 (quatro) representantes gerais, escolhidos pelos docentes do departamento, independentemente do nível de carreira. O mandato dos representantes docentes é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 2º - A representação da categoria discente, prevista no inciso III, será composta por até 02 (dois) alunos, eleitos pelos seus pares, entre os alunos regulares de Pós-Graduação vinculados ao departamento. O mandato dos representantes discentes é de 01 (um) ano, vedada a recondução para mandato consecutivo.

§ 3º A representação dos Servidores, será composta por até 02 (dois) escolhidos entre seus pares. O mandato dos representantes dos servidores é de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 4º - O Conselho de Departamento somente poderá deliberar com a presença de, pelo menos, metade de

seus membros.

§ 5º - Ao Conselho de Departamento compete:

I - coordenar as atividades de ensino e pesquisa do Departamento;

II - estabelecer programas para estágios;

III - elaborar seu Regimento Interno e submetê-lo à aprovação da Congregação e demais instâncias competentes;

IV - submeter ao Conselho Interdepartamental os subsídios necessários à elaboração do orçamento;

V - opinar sobre todos os assuntos de interesse do Departamento.

### **TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 20** - Os Regimentos próprios de órgãos internos da Faculdade de Engenharia Mecânica - Congregação, Conselho Interdepartamental, Conselhos dos Departamentos e Comissões de Graduação e Pós-Graduação, deverão estabelecer os critérios detalhados de sua composição, funcionamento e eleição dos representantes.

**Artigo 21** - O presente Regimento, após sua homologação, somente poderá ser modificado pelo voto de no mínimo 2/3 (dois terços) da totalidade dos membros da Congregação.

**Artigo 22** - Os casos omissos no presente Regimento serão resolvidos pelo Conselho dos Departamentos, pelo Conselho Interdepartamental, pelas Coordenações e pela Congregação conforme a competência desses órgãos e em consonância com o ordenamento superior da Universidade.

### **TÍTULO IV DA DISPOSIÇÃO FINAL**

**Artigo 23** - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a [Deliberação CONSU-A-026/2004](#). (Proc. Nº 3106-90).

**Publicada no D.O.E. em 20/12/2013.**